

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
GABINETE DA REITORIA

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR**

**ATA N.º 03/2011**

1       Aos dois dias do mês de junho de dois mil e onze, no miniauditório 1 do *campus*  
2       Pelotas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-  
3       grandense, às dez minutos e vinte minutos, teve início a reunião ordinária deste  
4       Colegiado, sob a presidência do reitor, professor Antônio Carlos Barum Brod,  
5       estando presentes os conselheiros Adão Fernando Santos da Silva, Alexandre de  
6       Pauli Bandeira, Andréia Cabral Colares Pereira, Ariane Sartori Hartmann,  
7       Berenice Santini, Carlos Alberto Pinto da Rosa, Carlos Alberto Schuch Bork,  
8       Edelbert Krüger, Fernanda Oliveira Rezende (p/Vinícius Novicki Obadowski),  
9       Fernanda Pereira Teixeira de Melo, Filipe Ribeiro Ramos (p/Arlindo Schwantz  
10      Neto), Francisco Carlos Gonçalves Brongar, Idílio Manoel Brea Victoria, José  
11      Carlos Pereira Nogueira, José Luiz Lopes Iturriet, Juliana Roldão Bittencourt,  
12      Leonardo Campos Soares, Luis Afonso Tavares Alves da Fonseca, Marcelo  
13      Bender Machado, Marcos André Betemps (p/Vitor Hugo Borba Manzke), Maria  
14      de Fátima Silveira Medeiros (p/Samuel Aguiar da Cunha), Maria Regina Rosa  
15      Lima, Marinês Neumann Granato, Regina Lúcia Reis de Sá Britto Fiss (p/Eduardo  
16      Macluf), Ricardo Lemos Sainz, Ricardo Pereira Costa, Rogério Valente Ernst  
17      (p/Elias Holeva), e os convidados Berenice Mattos da Silva e Flávio Luis Barbosa  
18      Nunes. O presidente cumprimentou os presentes, solicitou celeridade no debate  
19      dos assuntos, uma vez que a pauta é longa, e que os itens em que não houvesse  
20      necessidade de debates fossem aprovados com rapidez. Iniciando, colocou em  
21      votação a portaria 739/2011 *ad referendum*, que trata apenas da mudança do nome  
22      do curso de Bacharelado em Design de Comunicação Visual para Bacharelado em  
23      Design, do *campus* Pelotas, que foi aprovada. A conselheira Berenice disse ter  
24      entendido ser curso novo e não deu para identificar o que altera e pediu a troca da  
25      ordem dos nomes do curso no parecer n.º 10 da PROEN, devendo constar  
26      alteração de Bacharelado em Design de Comunicação Visual para Bacharelado  
27      em Design, alteração que será solicitada à PROEN. O conselheiro Nogueira  
28      justificou a troca para dar maior abrangência à formação do bacharel, e a mudança  
29      existente foi a retirada do estágio, que não é obrigatório e que elevaria a duração  
30      do curso. A seguir, o conselheiro Nogueira disse que não está havendo ingresso  
31      nos cursos de Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações e de Automação  
32      Industrial, motivo pelo qual está excluindo as respectivas coordenadorias, que  
33      permitem a devolução que deve fazer de FGs, explicou que os três alunos  
34      remanescentes serão administrados pela Coordenadoria de Ensino Superior e  
35      pediu a alteração do organograma do *campus* em função da extinção das  
36      coordenadorias. As propostas feitas foram aprovadas pelos conselheiros. O  
37      conselheiro Iturriet falou sobre o curso de Secretaria Escolar, que está sendo  
38      extinto e que a FG2 que pertencia a sua coordenadoria passa à do curso de pós-  
39      graduação em Educação e Contemporaneidade, que em 2011 passou a ser

oferecido e tem por objetivo promover o curso em nível de Especialização, na região carbonífera. A troca de FGs foi aprovada. O conselheiro Marcelo disse que, em função da expansão, deverá ter quatro FGs 1 e seis FGs 2, que estão sendo recebidas aos poucos; que recebeu uma FG2 que será destinada à Coordenadoria de Registro Acadêmicos, ligada ao Departamento de Ensino e cuja criação está sendo proposta. Houve aprovação da proposta. O conselheiro Ricardo Sainz disse que no *campus* Pelotas – Visconde da Graça ainda existem algumas FGs 8, 7 e 6, que, aos poucos estão sendo transformadas; que tem uma FG7, da Coordenadoria de Registros Escolares, uma FG2, da Coordenadoria de Formação Continuada e uma FG8, da Coordenadoria de Ensino Superior, ligadas à Direção de Ensino e propôs uma troca entre essas FGs: passar a Coordenadoria de Registros Escolares de FG7 para FG2, passar a de Ensino Superior de FG8 para FG7 e a de Programas Especiais e Formação Continuada de FG7 para FG8, já que a de Registros escolares tem uma carga significativa de serviço. Propôs também que a Coordenadoria de Tecnologia da Informação – FG4, ligada à EAD, que também atende outros segmentos; que há proposta no regimento interno que passe a ser vinculada à Chefia de Gabinete. As alterações propostas na estrutura organizacional do *campus* Pelotas – Visconde da Graça foram aprovadas. O conselheiro Marcelo disse que tinha previsto a oferta de curso noturno PROEJA para o segundo semestre deste ano, mas que em virtude de o *campus* não estar concluído e de não ter recebido mais vagas de docentes, de ter havido concursos em que não houve aprovados ou não quiseram assumir, há necessidade de adiar a oferta para o primeiro semestre de 2012; disse que estão fazendo um grupo de estudos em PROEJA para docentes, a fim de que estejam bem amadurecidos, quando do início do curso. A solicitação foi aprovada. O professor Leonel Antunez apresentou o Regulamento de Assistência Estudantil e a Normatização Geral de Benefícios. O conselheiro Ricardo Sainz solicitou que no texto do artigo 9 do Regulamento seja incluída a “especificidade dos *campi*” e que, no artigo 28 conste o colegiado ou câmara recursal para resolução dos casos omissos, para evitar a pessoalidade. O conselheiro Krüger pediu a correção na numeração dos capítulos do Regulamento e o conselheiro Brongar, a atualização da data de vigência do mesmo. A conselheira Berenice pediu a substituição de “garantam” por “oportunizem”, no artigo cinco, e questionou o uso da palavra “órgão”. O presidente explicou que em alguns dos *campi* ainda não há coordenadorias, o que deve existir futuramente e que, hoje, é necessário que alguém seja responsável; que o núcleo deverá ter um pedagogo, um psicólogo e um assistente social. Ficou definido o uso de órgão/núcleo nos artigos cinco e oito. A conselheira Berenice salientou não estar incluído entre os benefícios o fornecimento de material escolar. O presidente explicou que a Lei oferta muitos benefícios e que, dentre eles, foram elencados, junto à SETEC, aqueles que o Instituto teria condições de atender de imediato; que a solicitação da conselheira era muito específica e que os benefícios poderiam ser estudados caso a caso. O professor Leonel explicou que o artigo 26 corrige a não especificação deste e de outros benefícios. O regulamento foi aprovado com as alterações propostas. A seguir, foi analisada a Normatização Geral de Benefícios. O conselheiro Ricardo Sainz disse que não constam como beneficiários alunos da pós-graduação. O presidente explicou que a legislação exclui a pós-graduação deste Programa. O conselheiro Ricardo Sainz sugeriu que, nas listas de divulgação, os beneficiados não sejam identificados pelo nome, mas por número de matrícula ou do Cadastro de Pessoas Físicas, para evitar a exposição do estudante e evitar processos do Ministério Público. O conselheiro

90 Iturriet questionou a questão da transparência, se os nomes não forem divulgados  
91 e disse, que, independente da aprovação, caberia consulta ao jurídico, o que foi  
92 aceito pelos conselheiros. O conselheiro Ricardo Sainz solicitou que fossem  
93 incluídas nos itens para desligamento, as questões disciplinares, que constam do  
94 seu regimento interno, mas que devem estar presentes neste regulamento, por ser  
95 superior ao do *campus*. O conselheiro Caio ratificou a necessidade observada pelo  
96 conselheiro Ricardo Sainz. Após ampla discussão, foi acatada a inclusão, no texto,  
97 das questões disciplinares. O conselheiro Ricardo Sainz solicitou que fosse  
98 uniformizado o endereço eletrônico nos artigos 4, 7 e 19, que ficou sendo o  
99 endereço geral do Instituto; solicitou também a numeração das páginas. O  
100 conselheiro Luis Afonso pediu que fosse feita a formatação do documento. Com  
101 as alterações propostas, a Normatização Geral de Benefícios foi aprovada. Dando  
102 continuidade, foi discutido o capítulo I, artigo VI da organização didática do  
103 *campus* Bagé. A conselheira Maria Regina, reportando-se ao artigo 13, perguntou  
104 se haveria apenas uma avaliação por semestre; em relação ao artigo 18 sugeriu  
105 trocar “poderão” por “deverão”, o que foi acatado; que gostaria de entender os  
106 artigos 21 e 23, onde há informações contraditórias, relativas à participação de  
107 “todos os estudantes” ou de “representantes dos estudantes” no conselho. O  
108 conselheiro Idílio explicou que o projeto está sendo desenvolvido de modo que os  
109 estudantes atuem de forma integrada e em todas as etapas se envolvam nas várias  
110 disciplinas, e que por haver possibilidade de construção e correção são avaliados  
111 por todos os professores em vários momentos. Em relação aos artigos 21 e 23, o  
112 conselheiro Nogueira disse que a ausência de um aluno inviabilizaria o conselho.  
113 A definição do texto ficou para momento posterior. O conselheiro Krüger  
114 perguntou, em relação ao artigo 12, como seria feita a recuperação prevista em  
115 turno inverso, para os alunos do curso noturno; e sobre a questão da média  
116 proposta no artigo 13, que poderia ser alterada para um percentual de 80%  
117 (oitenta) e garantiria a recuperação do aluno e sobre o artigo 14, que retoma a  
118 recuperação no curso noturno. O conselheiro Idílio disse que o uso da média foi o  
119 critério escolhido pelos professores. Houve sugestões de vários conselheiros para  
120 a recuperação do curso noturno, inclusive a do conselheiro Nogueira, que disse  
121 que o *campus* Pelotas está direcionando a educação a distância para recuperar  
122 estudantes dos cursos noturnos. O presidente sugeriu que o conselheiro Idílio faça  
123 um reestudo com o seu grupo de trabalho, para posterior retorno ao Conselho; que  
124 se decidirem pela média assim, eles arcarão com o ônus e o bônus da escolha  
125 feita. O tema não foi aprovado pelos conselheiros, por haver dúvidas. O  
126 conselheiro Iturriet sugeriu que o Instituto crie um grupo para discutir os critérios  
127 das avaliações, sob pena de penalizar algum *campus* que pretenda inovar. A  
128 conselheira Berenice sugeriu encaminhamento à PROEN para análise junto com  
129 todos os *campi*. O presidente disse que não pode sair do Conselho uma sugestão  
130 para assunto que não consta pauta, que nesse caso deve haver uma proposta para  
131 incluir o tema na pauta de outra reunião. O conselheiro Idílio disse que gostaria de  
132 ouvir o professor Paulo Grischke, pois a decisão tomada poderia inviabilizar o  
133 semestre; que a sugestão trazida pode não ser perfeita, mas vai servir inclusive  
134 para viabilizar a avaliação do *campus* Bagé; que o pró-reitor Odeli recomendou  
135 que a proposta fosse aprovada na reunião desta data, para não inviabilizar a  
136 avaliação dos estudantes de Bagé. O presidente disse que o Conselho terá que  
137 aprovar ou não e que, a não aprovação fará com que o projeto recomece do zero e  
138 que a aprovação implica a aceitação de todo o conjunto do documento, incluindo  
139 as questões da participação dos alunos no conselho, a recuperação do noturno e a



140 utilização da média. O conselheiro Idílio argumentou que, neste caso, é melhor  
141 aprovar com imperfeição do que inviabilizar o processo. O professor Paulo disse  
142 que a questão foi discutida com o pró-reitor Odeli, e que este sempre se  
143 posicionou contrário a elas, mas que foi convencido pelas argumentações do  
144 *campus* Bagé e que o que está posto no documento está endossado pelo pró-reitor.  
145 O conselheiro Marcos disse que há confusão entre o artigo e o parágrafo único,  
146 quando falam em fazer média e substituir nota, que a retirada do parágrafo  
147 resolveria a divergência. O conselheiro Idílio reforçou a necessidade de  
148 aprovação, ficando as modificações para ocasião posterior, se a Câmara de Ensino  
149 achar necessário. A conselheira Maria Regina disse que não há inviabilização,  
150 pois a avaliação está garantida mesmo com a retirada do parágrafo único, o que  
151 foi confirmado pelo professor Paulo. O presidente determinou a suspensão do  
152 assunto, que deverá ser retomado à tarde para discussão, com a presença do pró-  
153 reitor Odeli. O conselheiro Ricardo Sainz apresentou a proposta de alteração da  
154 carga horária do curso superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia, que  
155 consta da retirada do estágio da carga horária das disciplinas obrigatórias, com o  
156 que o curso ganha. A proposta foi aprovada. A seguir, foi apresentada a proposta  
157 de cancelamento de oferta de vagas dos cursos de Tecnologia em Sistemas de  
158 Telecomunicações e Automação Industrial, que já não tem ingresso há quatro  
159 anos e Técnico em Montagem e Manutenção de Computadores – PROEJA, que  
160 foi alterado para curso de Conservação e Restauro de Edificações, que já teve  
161 ingressos no corrente ano, no *campus* Pelotas; Secretaria Escolar, no *campus*  
162 Charqueadas que foi implantado para preparar pessoas para o mercado da região,  
163 mas que pesquisa feita mostrou que agora há a necessidade de qualificar  
164 professores, motivo pelo qual foi feita a troca de oferta; o conselheiro Bork disse  
165 já ter informado ao PDI que os cursos de Tecnologia de Fabricação Mecânica e  
166 Tecnologia da Produção Industrial não seriam mais ofertados, mas que está  
167 organizando um grupo para discutir se serão ou não oferecidos, ambos ou um  
168 deles, partir de 2012, que a não oferta vale apenas para o ano de 2011. O  
169 cancelamento de oferta de vagas para os cursos acima relacionados foi aprovado  
170 pelos conselheiros. O conselheiro Krüger pediu que os documentos estivessem  
171 sempre acompanhados de justificativas. Foi definido que os pedidos de alterações  
172 sejam feitas em forma de processo, e que todos os conselheiros recebam os  
173 documentos completos. O conselheiro Krüger disse que, em função de haver três  
174 regulamentos de Comissões Eleitorais para o Conselho Superior (COE)  
175 semelhantes, seria interessante fazer os ajustes necessários e fazer uma única  
176 aprovação, que passaria a valer para todos os *campi*. Disse ser necessário  
177 contemplar o grau de recurso, que deverá ser o próprio Conselho. Disse também  
178 que, já estando constituída a comissão por uma portaria, não haverá necessidade  
179 de retorno do regulamento ao Conselho; que sendo o Conselho a câmara recursal,  
180 há o inconveniente da demora entre as reuniões. O conselheiro Ricardo Sainz  
181 disse que o presidente poderá se valer de uma *ad referendum*, se for o caso, e  
182 ratificou a importância de a câmara recursal ser um colegiado, para evitar a  
183 pessoalidade. Ficou definido que deverão constar recurso e câmara recursal. O  
184 conselheiro Krüger solicitou que o número de membros da COE responsáveis  
185 pelas decisões seja alterado de quatro para três e questionou a idade do candidato  
186 discente, que deveria ser reduzida para, pelo menos, dezesseis anos, considerando  
187 o ingresso integrado. O conselheiro Ricardo Sainz disse que o menor de idade  
188 pode votar, mas que há possibilidade de haver parecer jurídico impedindo a  
189 elegibilidade do menor. O conselheiro Krüger pediu que fosse feita consulta à

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large signature that appears to be 'F. J. J.', followed by 'R. S. G.', a signature that looks like 'Idílio', and another that looks like 'Ricardo Sainz'. To the right of these, there are more initials, including 'R. J. C.', 'P. A.', and a large, stylized signature that might be 'Odéli'. There are also some smaller marks and a date '4' written near the bottom right.

190 Procuradoria Jurídica, para dirimir a dúvida; também fez outras sugestões para  
191 tornar o regulamento único para uso em todos os *campi*, que foram aceitas pelos  
192 presentes. A conselheira Berenice sugeriu que fosse considerado para  
193 identificação unicamente um documento oficial. O regulamento apresentado por  
194 Venâncio Aires foi aprovado com os acertos sugeridos e com recomendação de  
195 consultar à Procuradoria sobre a idade mínima para elegibilidade de conselheiro  
196 discente, valendo inclusive para os *campi* Passo Fundo e Charqueadas. O  
197 conselheiro Luis Afonso questionou se a eleição, sendo parcial, é para  
198 complementação ou se abre novo processo. Ficou definido que o mandato é  
199 complementar. O conselheiro Nogueira reportou-se à exclusão da Coordenadoria  
200 do Curso Técnico de Montagem e inclusão da Coordenadoria de Execução,  
201 Conservação, Montagem e Restauo, no *campus* Pelotas, também aprovada. A  
202 reunião fez intervalo para almoço às doze horas e quarenta e cinco minutos, sendo  
203 os trabalhos retomados às quatorze horas e trinta minutos. O conselheiro Krüger  
204 falou sobre as dificuldades no recebimento do material para análise dos  
205 conselheiros; solicitou que apenas os documentos acabados sejam enviados em  
206 PDF e os demais em Word, permitindo anotações; disse também não estar  
207 encontrando o título dos materiais, que registram apenas *no name*. O conselheiro  
208 Ricardo Sainz retornou à solicitação de nominar as resoluções. Foi informado que  
209 pelo setor responsável da impossibilidade de realizar o solicitado. A servidora  
210 Stela disponibilizou-se a fazer uma listagem com número e assunto das resoluções  
211 para os diretores. A seguir, foram retomadas as discussões sobre a organização  
212 didática do *campus* Bagé. O presidente esclareceu o pró-reitor Odéli sobre as  
213 dúvidas postas anteriormente. O conselheiro Idílio esclareceu que, em relação a  
214 participação dos estudantes nos conselhos, o correto é que em nos dois artigos  
215 conste “representante dos estudantes”; em relação aos cursos integrados  
216 noturnos, o conselheiro esclareceu que no *campus* Bagé não há. O pró-reitor Odéli  
217 falou dos procedimentos da Pró-reitoria de Ensino; que esta não mandou nem  
218 mandará nenhum documento a ser aprovado, no sentido de aprovar ou ser o caos;  
219 que todo projeto tem que ter a organização didática aprovada e se não o tiver  
220 obedecerá à do *campus* mais antigo, Pelotas, que tem seis ou sete modalidades de  
221 avaliação; disse que o *campus* Bagé está respaldado, mas que se o Conselho assim  
222 entender, pode não aprová-lo. Disse ter ficado contente com o Conselho pelo fato  
223 de o mesmo reconhecer que não se faz média de conhecimentos, que a Pró-reitoria  
224 sempre será contra a média e que a nota máxima para o aluno é a que for  
225 necessária para que ele seja aprovado. Em relação à situação específica de Bagé,  
226 disse que a Pró-reitoria não é deliberativa, que precisa aceitar o resultado das  
227 discussões democráticas no *campus* e que quem deve ajudá-la é o CONSUP.  
228 Disse que o projeto primeiro atende todos os passos estabelecidos pela LDB, dá  
229 todas as condições para o aluno se recuperar e, além disso, oferece outra chance,  
230 que é a proposição do artigo treze, com as devidas condições; que a nota aparece  
231 depois de todo o processo e que, inclusive, esta avaliação será feita fora do  
232 calendário acadêmico. O conselheiro Idílio disse que quer um trabalho  
233 responsável, em que o aluno perceba que deve construir sua avaliação durante  
234 todas as etapas e não busque apenas a reavaliação final. O conselheiro Marcos  
235 propôs a retirada do parágrafo único do artigo 13, mesma sugestão feita pela  
236 conselheira Maria Regina. O conselheiro Bork sugeriu que seja votada a retirada  
237 ou permanência do artigo treze. O conselheiro Idílio salientou que o projeto foi  
238 concebido como um conjunto, que mexe com todas as disciplinas, e que a retirada  
239 de uma parte prejudica o todo; que alunos e professores sabem que participam de

240 todas as etapas do projeto integrador, que são avaliados e avaliam em cada uma;  
241 que a modificação do artigo vai impedir a experiência na integralidade, como foi  
242 concebida; que nessa visão, a média funciona em favor do estudante e não contra  
243 ele; que o projeto quebra alguns paradigmas. O conselheiro Krüger disse que o  
244 projeto é muito interessante, mas que a modificação, definindo o percentual ou a  
245 retirada do artigo não o prejudica. A conselheira Berenice disse que a manutenção  
246 do artigo deve ser vista como incentivo a que o aluno não deixe para buscar  
247 aprovação apenas no final. O conselheiro Ricardo Sainz sugeriu a votação do  
248 artigo. O conselheiro Idílio pediu o aval do Conselho para que o artigo retorne  
249 para ser rediscutido e retorne para apreciação na próxima reunião do colegiado,  
250 desde que valha para este semestre, pois o curso já está acontecendo. O pró-reitor  
251 Odeli esclareceu o encaminhamento do professor Idílio: aprovar o capítulo, com  
252 exceção do artigo treze, que será reanalisado e voltará, para aprovação através de  
253 portaria *ad referendum*, já avalizada pelos conselheiros. O conselheiro Nogueira  
254 questionou a situação do aluno se terminar o semestre e não houver a aprovação  
255 do artigo. O pró-reitor Odeli esclareceu que, neste caso, a avaliação terminaria nos  
256 artigos anteriores, que para os alunos deste semestre não haveria a terceira  
257 possibilidade. O conselheiro Ricardo Costa questionou até que ponto o colegiado  
258 pode modificar um projeto construído pela comunidade e já em aplicação. O  
259 conselheiro Idílio sugeriu então não aprovar o projeto, deixando para aprovação  
260 posterior, *ad referendum*. O presidente Brod disse que o projeto deveria ter sido  
261 encaminhado ao Conselho antes de ser posto em funcionamento e que a  
262 comunidade deve saber que está submetida à instância superior. O conselheiro  
263 Bork sugeriu o encaminhamento do tema. O presidente colocou em votação as  
264 duas propostas: primeira, não aprovar nada; segunda, aprovar com restrição ao  
265 artigo décimo terceiro que vai ser conversado com as partes e publicado *ad*  
266 *referendum*, de acordo com as decisões. O *campus* terá um prazo de quinze dias  
267 para reenviar o artigo após discussão com a comunidade. Esta última proposta foi  
268 aprovada, com uma abstenção. A seguir, observando-se a presença de quórum  
269 mínimo (dois terços), foi apresentada pelo presidente, a partir de solicitação dos  
270 diretores-gerais feita em reunião do Colégio de Dirigentes, a proposta de  
271 prorrogação de prazo para a construção dos regimentos internos dos *campi*, em  
272 150 (cento e cinquenta) dias, o que implica alteração dos artigos 152 e 153 do  
273 regimento Geral. Explicou que este prazo permite que a aprovação dos regimentos  
274 se dê ainda no corrente ano, na última reunião do colegiado. A proposta foi  
275 aprovada. A seguir, o pró-reitor Lúcio falou sobre o decreto de 2010 que  
276 regulamenta a relação do Instituto com as Fundações de Apoio, onde consta que  
277 estas têm que apoiar ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento  
278 Institucional, mas, principalmente Pesquisa. Disse que as Fundações têm que ter  
279 no mínimo, dois momentos de interação com o CONSUP, sendo que um é a  
280 aprovação de suas contas, para possibilitar o cadastramento que deve ser feito a  
281 cada dois anos junto ao MEC e ao Ministério de Ciência e Tecnologia, para  
282 recebimento de verbas, e o outro é que a Instituição apoiada tem que ter uma  
283 regulamentação que normatize as suas relações com as Fundações. Explicou que a  
284 minuta do regulamento apresentada baseou-se em documentos da Universidade  
285 Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que a  
286 FUNCEFET está credenciada até o final deste ano e o pedido de  
287 credenciamento deve ocorrer 120 (cento e vinte) dias antes. Questionado sobre o  
288 parágrafo único do artigo primeiro, explicou que o prazo de cinco anos é interno,  
289 ou seja, a cada cinco anos pode ser revisto o interesse da Instituição em manter ou

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there are three distinct signatures. In the center, there are more initials and a signature that appears to be 'Idílio'. On the right, there are several more signatures, including one that looks like 'Brod' and another that is partially obscured by a large, stylized signature. The signatures are written over the bottom of the text area.



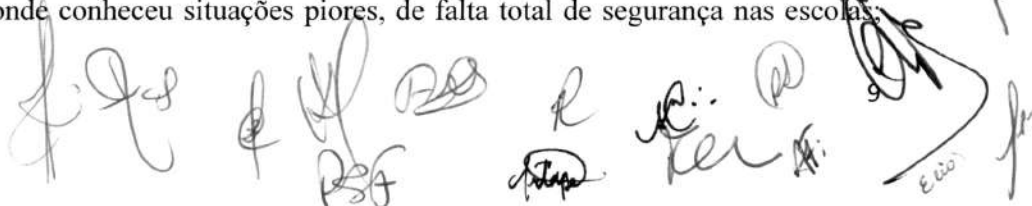
não a Fundação que, mesmo descredenciada pelo MEC, pode continuar captando recursos de fontes privadas, como acrescentou o conselheiro Ricardo Sainz. O Pró-reitor Lúcio explicou que nos novos editais da FINEP já existe o direcionamento para a pesquisa, sugerindo que o recurso seja enviado para a Fundação, que deve gerenciá-lo. O conselheiro Ricardo Sainz acrescentou que em alguns já vem estipulado o valor destinado à Fundação e que, mudando o ano, não há perda de pesquisas, pois não há devolução de valores. O pró-reitor Lúcio disse que na Fundação não há taxas, apenas custo operacional, limitado a 5% (cinco). O conselheiro Bork encaminhou à votação, tendo havido aprovação. Continuando, o pró-reitor Lúcio apresentou o relatório anual de gestão da FUNCEFET e a avaliação de desempenho, baseada em indicadores e parâmetros objetivos que demonstraram os ganhos de eficiência obtidos na gestão de projetos realizados com a colaboração da mesma, já aprovados pela sua assembleia e pelo conselho fiscal. Nada havendo a contestar, foram aprovados. O conselheiro Bork parabenizou a iniciativa, já que a Fundação é fundamental e precisa ser reativada; que o *campus* Sapucaia do Sul sempre foi usuário e receptivo de ações, e deseja que ela tenha muito sucesso. O conselheiro Ricardo Sainz ratificou a importância das fundações para a captação de recursos para pesquisa e gerenciamento de produção dizendo que passará a ser usuário. Sugeriu que as contas da Fundação sejam acompanhadas de uma auditoria externa, para dar maior credibilidade. O pró-reitor Lúcio disse que, a partir de 2011, isso passa a ser obrigatório; disse que, em Porto Alegre, no papel de curador, questionou a promotoria sobre várias situações e que a mesma salientou que o estatuto da nossa Fundação é amplo e permite tudo e que hoje é muito difícil instituir uma fundação como a que temos. Dando continuidade, passou a apresentar o Regulamento do Comitê de Ética em Experimentação e Uso Animal; informou que a Lei 11.794, de 2008, diz que toda instituição que trabalha com animais em atividades que envolvam ensino e pesquisa têm que ter um comitê de ética. O conselheiro Ricardo Sainz lembrou que isso não é exclusivo dos *campi* Pelotas – Visconde da Graça e Bagé, pois cursos de química de alimentos e biologia fazem trabalhos que envolvem animais e, portanto, precisam do comitê. Salientou que logo estará sendo discutido o Comitê de Ética em Uso Humano, haja vista os cursos na área da saúde que estão por ser abertos. Após, encaminhou o Regulamento à votação, que foi aprovado. O conselheiro Ricardo Sainz disse que, a partir da aprovação desse Regulamento, já há, no Instituto, a carência de um biotério e colocou à disposição a estrutura do *campus* Pelotas - Visconde da Graça para a criação do biotério institucional. O pró-reitor Lúcio agradeceu e disse que a primeira ação da PROPESP será a constituição de um comitê, já que reconhece a necessidade. Passou à apresentação do Projeto de Mestrado Profissional em Processos Industriais de Materiais, do *campus* Sapucaia do Sul, que, para ter validade, precisa passar por avaliação da CAPES, que é feita anualmente e que o prazo dos Aplicativos para Cursos Novos de Mestrado ou Doutorado (APCNs), este ano, vai de 06 de junho a 06 de julho, sendo necessário o envio do projeto e da aprovação do mesmo pelo CONSUP. O conselheiro Bork disse que, de 2006 para 2010, o Instituto aumentou em mais de dez vezes o investimento em formação de pessoas e que os *campi* têm que entrar nas áreas de mestrado e doutorado para trabalhar mais em pesquisa e extensão. O conselheiro Ricardo Sainz propôs o encaminhamento para votação e o projeto obteve aprovação. O professor Miguel Felberg apresentou o Programa de Visitas Técnicas do IFSul, construído a partir do reconhecimento das necessidades dos *campi*. O conselheiro Luis Afonso disse não haver menção ao número de

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including names like 'J. J. S.', 'R. S.', 'M. F.', 'L. A.', and others, along with a date '7' and some illegible text.

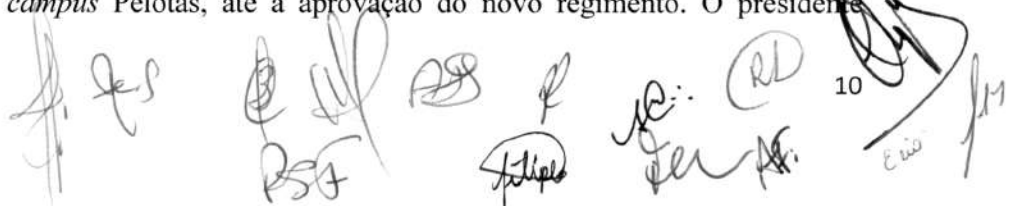
professores que devem acompanhar os estudantes e que há limitação para visitas dentro do estado. O professor Miguel disse que a decisão deve ser tomada individualmente, considerando a capacidade do ônibus utilizado. Em relação a viagens para fora do estado, disse ser mais conveniente financeiramente a locação de veículo, pois há necessidade de registro do mesmo junto à EMBRATUR. O presidente disse também que não há impeditivo, mas sim preferência em deixar os ônibus da Instituição para deslocamentos curtos, além do que é importante, em cada situação, calcular as despesas para escolher a opção mais econômica. Após amplas discussões ficou definida a retirada, no artigo 3 (três) do trecho que limita as viagens ao Estado, mantendo o atendimento ao planejamento financeiro do *campus*. Não havendo mais dúvidas, o Programa foi aprovado. O professor Miguel colocou-se à disposição para ajudar no regramento de cada *campus*. O presidente solicitou uma inversão na pauta, que foi aceita. Reportou-se à necessidade de o Conselho aprovar a deflagração do processo para eleição dos diretores-gerais dos *campi* Charqueadas e Sapucaia do Sul, o que foi feito. O presidente lembrou que, no próximo ano, paralelo à eleição para reitor, deverá haver novamente eleição para diretor-geral nesses dois *campi*, e também nos *campi* Passo Fundo e Pelotas – Visconde da Graça. Considerando a não existência de seção sindical, o conselheiro Francisco sugeriu que os próprios representantes do Conselho, professores Iturriet e Bork, junto com os demais conselheiros, encaminhem o processo para a eleição da Comissão Eleitoral (COE). O presidente lembrou que na próxima reunião não haverá tempo hábil para o processo, pois, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término do atual mandato o processo deverá ser deslanchado e, nesta data, a COE já deverá estar eleita. Salientou que, 30 (trinta) dias antes do término do mandato, o nome do novo diretor deverá estar em Brasília. Considerando que os diretores-gerais fazem parte ativa do processo, o presidente sugeriu que, em nome da ética, se os mesmos se candidatarem, deleguem aos demais membros a continuidade do processo. A conselheira Berenice questionou quanto à construção de regulamento para a eleição. O presidente explicou que já existe um regulamento e que cada *campus* deve adequá-lo a sua necessidade, que para a COE não há regulamento. O regulamento para a eleição deve ser enviado ao Conselho Superior e o presidente decide de aprova através de portaria *ad referendum* ou se convoca reunião extraordinária. O conselheiro Iturriet questionou sobre a obrigatoriedade de eleição da COE ou se os nomes para a sua composição poderiam ser retirados de reunião dos segmentos. A secretária Berenice explicou que os conselheiros devem promover a eleição. A seguir foi tratada a não oferta de vagas nos *campus* avançado Santana do Livramento e no *campus* Sapucaia do Sul. O presidente justificou a não oferta de vagas no *campus* avançado de Santana do Livramento, neste semestre, em função de o prédio adquirido demandar tempo maior do que o esperado para as adaptações e os locais cedidos para as aulas são muito bons, mas não permitem avanços. O conselheiro Bork, explicou que o curso de EAD – Sistemas para Internet estava previsto, no PDI, para ser ofertado no primeiro semestre de 2010, mas que o *campus* Sapucaia do Sul não tem nenhuma estrutura para EAD, além de já ter atingido a meta de vinte alunos por professor, não tem mais espaço nem professores, portanto não há como oferecê-lo. Os dois itens foram aprovados. O conselheiro Ricardo Sainz explicou que o *campus* Pelotas – Visconde da Graça tem internato masculino e feminino, que só são aceitos menores; que os maiores usam a Casa do Estudante, mas os que ingressam e completam a maioria durante o curso permanecem no internato, sendo-lhe destinada uma ala específica.



390 pois, legalmente, não pode haver, num mesmo cômodo, maiores e menores; que já  
391 há proposta para que, a partir do próximo ano, ao completar a maioridade passem  
392 a receber bolsa moradia, saindo do internato. Disse que o internato tem regras  
393 próprias. A seguir, disse que, além dos dois casos indicados para a pauta, irá  
394 incluir mais um e que está no aguardo de decisões da Promotoria e Polícia Federal  
395 sobre outros três casos. Explicou que, ao final do ano, foi publicado um edital  
396 nominando dezoito estudantes que perderam o direito ao internato. Salientou que  
397 não há perda da escola, só mudança de regime; que o aluno passa a receber bolsa-  
398 alimentação e bolsa-transporte. Em fevereiro, foi publicado no Diário Popular um  
399 edital que permitia que os alunos entrassem com recurso e se defendessem; que  
400 dos dezoito, três apresentaram defesa; na sequência mais cinco apresentaram  
401 defesa fora de prazo; que o Conselho do *campus* acatou e aceitou as defesas,  
402 reconduziu três ao internato e cinco passaram para o regime externo; desses, dois  
403 não aceitaram a decisão e recorreram ao CONSUP. Explicou que o presidente  
404 ouviu a direção do *campus* e não permitiu que esses alunos permanecessem no  
405 internato enquanto estivessem no aguardo do julgamento dos recursos. Disse que  
406 os alunos Gustavo e Karina tiveram número excessivo de faltas durante todo o  
407 ano passado. Além disso, o estudante teve registradas em seu nome diversas  
408 ocorrências por bullying, uso de bebida alcoólica e indisciplina, tanto dentro e  
409 fora da sala de aula, como no internato. Acrescenta-se a isso o fato de ele já ter  
410 completado dezoito anos. Com a estudante também ocorreu a mesma situação:  
411 advertências por frequentar indevidamente os aposentos masculinos, fumo,  
412 indisciplina, saídas da escola mentindo sobre autorização da família. A aluna  
413 completará dezoito anos em dezembro. O conselheiro pediu que o colegiado  
414 entendesse que a presença desses estudantes é prejudicial ao grupo e não aceite o  
415 recurso. Apresentou o terceiro caso, de um aluno que está no primeiro ano, é  
416 maior, que já reprovou. A mãe foi comunicada e imediatamente entrou com  
417 recurso. O conselheiro pediu permissão aos demais para incluir esta situação de  
418 recurso que não constava da pauta, o que foi aprovado. Explicou que o aluno  
419 Felipe está andando sempre com guarda-costas para evitar que os colegas batam  
420 nele, tal as situações que vem criando; que tem ata assinada pela mãe; que a  
421 mesma disse que o filho tem problemas de saúde e alguns registros e  
422 encaminhamentos na Promotoria da Infância e Juventude por agressões a menores  
423 fora da escola; que o estudante tem orientação para acompanhamento psicológico  
424 na escola, ao qual nunca compareceu e manifesta não se importar quando a  
425 psicóloga o procura; que também nunca compareceu às aulas de reforço, alegando  
426 que não esqueceu; tem registro por brigas, perseguição a colegas, bullying,  
427 desenhos obscenos nas paredes, tirar fotos de colegas menores no banho e tentar  
428 divulgar na mídia, o que provocou o cancelamento do Orkut, além de urinar nas  
429 garrafas de suco dos colegas. O professor Flávio perguntou se não é possível  
430 expulsá-lo e o conselheiro Ricardo Sainz concordou, mas explicou que a  
431 Promotoria pediu que primeiro ele fosse desligado do regime e, continuando com  
432 o mesmo comportamento, fosse então expulso. Mencionou as próximas situações,  
433 uma por furto, que está sendo apurado pela Polícia Federal e outro que se  
434 automarcou. Os três recursos foram encaminhados à aprovação pelo presidente  
435 que lembrou que os alunos perderão apenas o regime de internato. Os recursos  
436 foram negados pelos conselheiros. O conselheiro Caio ratificou as dificuldades  
437 relatadas pelo conselheiro Ricardo Sainz e deu exemplos de situações já  
438 vivenciadas por ele. O conselheiro Bork disse ter participado do projeto OAB nas  
439 Escolas, onde conheceu situações piores, de falta total de segurança nas escolas.

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there are several smaller initials and signatures, including one that appears to be 'PSF'. On the right, there is a large, bold signature that looks like 'Bork', and below it, another signature that might be 'Caio'. There are also some other smaller initials and marks scattered around.

440 que devemos colocar educação dentro da educação; que já propôs ciclo de  
441 palestras sobre bullying, drogadição, sobre o que o professor pode fazer se for  
442 agredido, que é preciso tentar salvar pelo menos um aluno através da escola; que o  
443 governo do Estado está muito preocupado com a situação; que o Conselho deveria  
444 tirar uma situação para encarar a situação. O conselheiro Idílio deu seu  
445 depoimento sobre a participação de encontro de todos os segmentos da sociedade  
446 que está acontecendo em Bagé, onde é observada uma assustadora presença de  
447 violência familiar na zona leste da cidade, que passa a ser encarada como situação  
448 normal. O conselheiro Ricardo Sainz salientou que o *campus* esgota todos os  
449 recursos antes de procurar o desligamento do internato. O presidente encaminhou  
450 a solicitação do conselheiro Nogueira, de alteração do nome da Coordenadoria de  
451 Almoxarifado e Patrimônio para Coordenadoria de Almoxarifado do *campus*  
452 Pelotas, que foi aprovada. O presidente explicou que o *campus* Pelotas – Visconde  
453 da Graça tem alguns costumes da Universidade Federal de Pelotas para as  
454 formaturas, que vem de encontro ao regimento do Instituto. O conselheiro  
455 Ricardo Sainz disse que o reitor permitiu às turmas formandas em 2010 a  
456 manutenção desses hábitos, mas que os outros alunos dos cursos técnicos e  
457 técnicos a distância manifestaram-se dizendo que querem mantê-los; que foram  
458 orientados a solicitar ao CONSUP, para o qual enviaram abaixo-assinado com  
459 significativo número de assinaturas pedindo um orador por curso, um paraninfo,  
460 três professores e um funcionário homenageados e um patrono por turma; uma  
461 música por formando e o uso de toga. O conselheiro Sainz salientou que as  
462 diferenças são não ter patrono, não usar toga, orador e música únicos; disse que  
463 informou aos alunos que iria cumprir a norma; que não vê alteração em questão de  
464 tempo, no que foi contestado pelo professor Miguel Felberg; que em relação à  
465 toga, historicamente é exclusiva para cursos superiores, ocasião em que são  
466 fornecidas gratuitamente; que não pode haver situações diferenciadas. O  
467 conselheiro Ricardo Sainz disse que a toga uniformiza os alunos, muitas vezes  
468 carentes. O conselheiro Nogueira falou que tempo e custo inviabilizariam  
469 formaturas de cursos técnicos no *campus* Pelotas, se houvesse uso de togas e  
470 muitas situações específicas. O conselheiro Caio considera o tema polêmico, em  
471 função das escolas que estão sendo agregadas aos Institutos; que determinou  
472 uniformização de todos os cursos, garantindo o mínimo de tempo; que pediu o fim  
473 do uso das togas, que é uma situação complicada, mas que tem que ser  
474 uniformizado e os técnicos não devem usar. Sugeriu, para o caso específico, uma  
475 fase de transição, para os alunos que já estão cursando. Após amplos debates, foi  
476 aprovada pelo Conselho, com dois votos contrários e duas abstenções, a proposta  
477 da conselheira Juliana, de manutenção do uso da toga para os alunos que  
478 ingressaram através da UFPel e terão formatura nos anos de 2011 e 2012, devendo  
479 o Regulamento de Formaturas de IFSul ser respeitado em todos os seus artigos e  
480 ficando os demais alunos sujeitos ao cumprimento integral do Regulamento. A  
481 seguir, o conselheiro Ricardo Sainz lembrou que o *campus* Pelotas teve seu  
482 regimento validado pelo Conselho até a conclusão do novo regimento interno,  
483 com exceção dos itens com contrariam o Regimento Geral ou o Estatuto do IFSul  
484 e que não ficou claro se o do *campus* Pelotas – Visconde da Graça também estaria  
485 válido; que é necessário depende dele para conduzir o *campus*. A conselheira  
486 Berenice perguntou por que o Conselho de *Campus* foi retirado do organograma.  
487 O conselheiro Ricardo Sainz explicou que só aparece na estrutura o que tem CD.  
488 Os conselheiros aprovaram a validação do regimento em vigor, nos mesmos  
489 moldes do *campus* Pelotas, até a aprovação do novo regimento. O presidente



10

agradeceu a presença de todos, e a reunião encerrou às dezessete horas e quinze minutos e eu, Stela Marina Nunes de Castro, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

leira. e Departamento.  
Das linhas 160 x 200, altera-se o nome do curso para  
Secões em Esculpção, Conservação e Restauração.

*[Handwritten signatures and scribbles]*